



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Geografia
Curso de Geografia

Alisson Barbosa do Nascimento

**AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA-PB:
PERSISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE DO BAHÍA**

Campina Grande-PB
Março de 2022

ALISSON BARBOSA DO NASCIMENTO

**AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA-
PB: PERSISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE
DO BAHÍA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado e aprovado em 30/03/2022 como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia, Curso de Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Lincoln da Silva Diniz
(Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a. Dr.^a Aline Barboza de Lima
(Examinador)
Universidade Federal da Paraíba

Prof^o. Dr. Noaldo José Aires Tavares
(Examinador)
Secretaria Estadual de Educação, ciência e tecnologia da Paraíba

N244a Nascimento, Alisson Barbosa do.
Agricultura familiar no município de Lagoa Seca-PB: persistências e transformações na comunidade do Bahia / Alisson Barbosa do Nascimento. - Campina Grande, 2022.
26 f. il. color.

Artigo (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação: Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz."
Referências.

1. Geografia Agrária. 2. Agricultura Familiar. 3. Comunidade do Bahia. 4. Produção de Hortaliças. Diniz, Lincoln da Silva Diniz. II. Título.

CDU 911.3:631(043)

Resumo

A agricultura familiar é vital para o consumo alimentar da sociedade atual, bem como para os seus produtores, como os pequenos agricultores da Comunidade do Bahia, localizado na zona rural do município de Lagoa Seca, Paraíba, lugar desta pesquisa. Responsável pela geração de emprego e renda, representa um grande ponto do setor produtivo. Assim, esta pesquisa teve por objetivo conhecer a estrutura produtiva da agricultura familiar da referida comunidade rural; identificar as suas características; expor a sua importância social e econômica para os envolvidos em sua produção; destacar alguns aspectos e desafios desta modalidade de produção agrícola no período atual. Como metodologia, foi realizado levantamento bibliográfico na área de Geografia Agrária, pesquisa *in loco*, registro fotográfico e desenvolvimento de entrevistas com os produtores familiares do lugar. Com isso, verificou-se uma expressiva produção de hortaliças, entre outros aspectos estruturais. Contudo, apesar das limitações, dificuldades e desafios enfrentados pelos produtores desta comunidade, constatamos potencialidades e expressiva resiliência nestes, corroborando para a sua afirmação no espaço agrário no período atual.

Palavras chave: Agricultura familiar. Comunidade do Bahia. Produção de hortaliças.

Resumen

La agricultura familiar es vital para el consumo de alimentos de la sociedad actual, así como para sus productores, como los pequeños agricultores de la Comunidad del Bahía, ubicada en la zona rural del municipio de Lagoa Seca, Paraíba, lugar de esta investigación. Responsable por la generación del empleo y renta, reporta un punto importante en el sector productivo. Así, esta investigación tuvo como objetivo conocer la estructura productiva de la agricultura familiar en esa comunidad rural; identificar sus características; exponer su importancia social y económica a los involucrados en su producción; destacar algunos aspectos y desafíos de este tipo de producción agrícola en el período actual. Como metodología, se realizó un levantamiento bibliográfico en el área de Geografía Agraria, investigación *in loco*, registro fotográfico y desarrollo de entrevistas a las familias productoras del lugar. Como resultado, hubo una expresiva producción de hortalizas, entre otros aspectos estructurales. Com todo, a pesar de las limitaciones, dificultades y desafíos enfrentados por los productores de esta comunidad, encontramos en ellos resiliencia potencial y expresiva, corroborando su afirmación en el espacio agrario en el período actual.

Palabra clave: Agricultura familiar. Comunidad de Bahía. Producción de hortalizas

1 – INTRODUÇÃO

O texto que, em momento se inicia, versa sobre a agricultura familiar, especialmente da Comunidade do Bahia, área rural do município de Lagoa Seca-PB. De grande importância para o suprimento alimentar de muitas populações locais, regionais e nacionais, trata-se de uma agricultura, cujo elo da cadeia produtiva, é responsável pela sobrevivência e alimentação doméstica da humanidade, em diferentes contextos e lugares.

Desta forma, esta pesquisa se norteia por: conhecer a estrutura produtiva da agricultura familiar da Comunidade do Bahia; expor a sua importância social e econômica para os envolvidos em sua produção; identificar as suas características; destacar alguns aspectos e desafios desta modalidade de produção agrícola no período atual.

O caminho metodológico seguido inicia com o levantamento bibliográfico: estudos sobre a agricultura familiar em nível local, além de outras fontes de abrangência teórica; pesquisa *in loco* (estudo de campo), indispensável ao trabalho do cientista do espaço (SUERTEGARAY, 2002); registro fotográfico nas unidades de produção familiar visitadas. Sobre estes registros obtidos, destaca-se aqui a contribuição destes para o completo desenvolvimento de uma pesquisa sob este respectivo tema (MARTINS, 2008); desenvolvimento de entrevistas, sob formato focalizado em tópicos, previamente definidos e elaborados pela autoria da pesquisa e realizadas sob conversa informal dentro da unidade de produção, mecanismo metodológico que contribuiu de maneira inigualável para o entendimento dos agricultores familiares sobre nosso trabalho junto a eles (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Sobre o desenvolvimento de entrevistas com os produtores familiares da Comunidade do Bahia, seguimos o exemplo de autores que já trabalharam com elas e tiveram bons resultados na obtenção de informações, como Cavalcanti (1997), Castro (2011) e Santos (2012).

O presente texto se encontra dividido em quatro partes. A primeira delas com uma discussão teórico conceitual a respeito do tema e de sua denominação ao longo do tempo: as várias formas de agricultura familiar, a caracterização de algumas destas, bem como o seu valor prático nos tempos atuais, trata-se de uma literatura um pouco diversificada, indo de autores conservadores e críticos, até os mais liberais no assunto; em seguida, temos o ponto de discussão envolvendo a agricultura familiar de nível local, com toda uma reflexão dos aspectos estruturais que envolvem o espaço rural do município de Lagoa Seca, especialmente da Comunidade do Bahia. O tipo de agricultura, que esta comunidade possui, desenvolvida em torno do núcleo familiar é de grande importância; por fim, nas considerações finais deste trabalho, destacamos o cerne deste trabalho: a agricultura familiar da Comunidade do Bahia, objeto de estudo de nossa pesquisa, enquanto produtora de hortaliças.

2.1 Agricultura familiar e capitalismo: algumas considerações

Antes de mais nada é necessário atenção para o significado ou o valor do conceito em sua íntegra: afinal de contas o que é a agricultura familiar/camponesa? Seria o tipo de agricultura desenvolvido acima de tudo pelo núcleo familiar, ou seja, aquela agricultura que, independentemente da atividade agrícola que desenvolva, conta com até 50%, ou mais, de mão

de obra composta por membros da família. No tocante à força de trabalho, ela seria desenvolvida, majoritariamente, por: pai, filhos, sobrinhos, irmãos, genros, noras, netos, primos, etc., ou seja, o núcleo familiar propriamente dito (OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (2007) oferece considerável repertório conceitual, indo além da força de trabalho, o mesmo não despreza este item, muito pelo contrário, considera aquilo que suas próprias palavras são capazes de expressar: “[...] a força de trabalho familiar é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo” (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

Para além do elemento mão de obra, Oliveira (2007) coloca a enxergar a agricultura familiar camponesa como uma agricultura que apresenta formas de ajuda mútua entre os diversos agricultores: um agricultor ajuda e, é ajudado, por outro de sua vizinhança; sistemas de parcerias entre dois agricultores dentro da mesma unidade de produção com a finalidade de reduzir custos e amenizar dificuldades financeiras que os mesmos venham a ter; o trabalho assessorado que seria o assalariamento temporário da unidade de produção familiar, bem como do próprio agricultor, ressaltando que este trabalho seria atuado de forma sazonal, e representa uma renda extra para a produção familiar e para o agricultor.

A jornada de trabalho assalariada também consta no conceito de agricultura familiar camponesa, apesar de que a mão de obra dos membros da família ser o elo fundamental deste tipo de agricultura, a mesma não dispensa o trabalho assalariado dentro da unidade de produção que, a depender do seu contexto espaço temporal, a mesma necessita de braços externos. A socialização do trabalho camponês dentro da unidade de produção também conta, como sendo um dos elementos componentes deste conceito, nele torna-se possível a manutenção da estrutura familiar na agricultura com a introdução dos membros de gerações mais jovens na unidade de produção, uma forma de continuar com a atividade sendo passada no decorrer do tempo pelas gerações que se sucedem (OLIVEIRA, 2007).

A propriedade da terra também participa como um dos elementos estruturais do campesinato e da agricultura familiar, sendo aquele uma das formas desta (PLEIN, 2010). A propriedade da unidade de produção é do próprio agricultor, ele é dono da terra, todos os instrumentos de trabalho que ele dispõe são seus, assim como o trabalho que o mesmo desenvolve com seu grupo familiar. Por último, temos o elemento jornada de trabalho que nela não tem a mesma rigidez de horários com que é apresentada naquela, especificamente capitalista, ou seja, o início e término da jornada de trabalho serem fixados sob inteira e

completa inflexibilidade entre patrões e empregados, na presente discussão não acontece dessa forma (OLIVEIRA, 2007).

Assim temos então o que Oliveira (2007) caracteriza como os elementos estruturais da agricultura familiar camponesa, que basicamente a conceituam; desenvolvida pelo núcleo familiar acima de tudo, a ajuda mútua entre os camponeses, a parceria entre os mesmos, o trabalho acessório desenvolvido pelo agricultor, como forma de complemento à sua renda, que conta com a jornada de trabalho assalariada de forma sazonal ou não, tendo uma preocupação em introduzir as novas gerações no âmbito da unidade de produção para garantir a sua manutenção como tal, onde a propriedade da terra e a propriedade dos meios de produção são do agricultor e por último nós temos a agricultura familiar camponesa, como sendo aquela, cuja jornada de trabalho preza pela flexão de horários.

Todos estes elementos se encontram justapostos uns aos outros, porém merece ressalva, inclusive pelo nome que carrega a respectiva agricultura em questão, o elemento mão de obra. Ele vem a ser a unanimidade em discussão quando o assunto é agricultura familiar, as mais diversas correntes que se dedicam ao seu estudo concordam com o fato de que essa se caracteriza acima de tudo, como tal, justamente pelo seu desenvolvimento no interior da unidade de produção seja realizado pelo conjunto de uma família, que é proprietária ou mantém relação de posse com aquela propriedade (PLEIN, 2010).

Um aspecto precisa ser ressaltado: a presente discussão faz parte de uma escala generalizada, a bem verdade pode ser dito que as particularidades, em média e micro escala, pode apresentar parâmetros que fogem em alguns pontos, que Oliveira (2007) coloca, mas é importante chamar atenção para a proximidade do conceito de agricultura familiar com aquilo que mais adiante será mostrado.

Em Plein (2003) vê-se o que o autor considera como metamorfoses da agricultura de base familiar, sempre estando de acordo com o contexto espaço temporal em que a mesma se encontra inserida, nunca perdendo o elo da família na administração e gestão da propriedade/unidade de produção, mas demonstrando pontos de mudança que vão desde o campesinato clássico, até à moderna estrutura dos Farmers Americanos.

Para Plein (2010), a agricultura familiar é uma forma de produção social baseada no trabalho da família, no interior do modo de produção capitalista. Este autor apresenta discussão particular, estabelecendo uma relação de descendência entre campesinato/agricultura familiar, onde aquele seria uma das múltiplas formas desta última; o fato é que, para ele a discussão acerca desta agricultura vai ao encontro de um modo de vida ou até de mesmo de uma estrutura

social que, à posteriori, culmina com a criação de valor comercial inserida na produção e comercialização das mercadorias que a unidade produtiva do núcleo familiar é capaz de desenvolver.

A discussão pretendida, neste presente momento, conta com a agricultura familiar camponesa, inserida dentro de um contexto em que o modo capitalista de produção interpenetra todas as relações sociais existentes. Desta maneira, esta agricultura não pode ser entendida como algo exterior a ele, como um elemento que está para além de sua lógica de influência ou até mesmo de dominação. A agricultura familiar camponesa deve ser encarada como sendo parte importante e integrante do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo, este que, na sua condição nata, de se desenvolver, conta com a dissolução, criação e recriação de relações não capitalistas de produção, que fogem à sua lógica própria e específica capitalista, como vem a ser a agricultura familiar camponesa, onde, por conceito, não é dogma a presença indispensável do assalariamento da mão de obra e a expropriação dos meios e instrumentos de produção por parte dos trabalhadores, ou seja, a agricultura familiar camponesa não conta indispensavelmente com estes fatores (OLIVEIRA, 2007).

É necessário entender a agricultura familiar camponesa como sendo parte da contradição do processo de desenvolvimento do capitalismo, partindo do princípio de que esta agricultura está sujeita ao capital, um tipo de sujeição que não necessariamente implica em que o trabalhador seja expulso da terra, sem que seja dado o despojo dos seus instrumentos e meios de produção. É necessário entender que este processo ocorre com o camponês/agricultor familiar dentro da terra/unidade de produção, produzindo para o capitalismo, na subordinação da produção camponesa pelo capitalismo (OLIVEIRA, 2007).

A agricultura familiar sempre foi alvo de controvérsias dentro do âmbito das discussões acadêmicas, não por tolice ou perda de tempo, mas pelo fato de ser pregado, que o processo de desenvolvimento do capitalismo, quando consolidado, dissolveria todas as relações que fugissem de sua ótica, ou seja o campesinato/agricultura familiar como forma de agricultura que não tinham relação direta com o capital pela via do assalariamento e, conseqüentemente, a expropriação dos instrumentos e meios de produção daqueles que nela trabalhavam, também teria o mesmo destino (GERMER, 2002; PLEIN, 2010).

O que realmente prevalece a tudo o que se é dito sobre a agricultura de base familiar, é exatamente o oposto das discussões que à envolviam. Aqui deve ser dado ênfase aquilo que Oliveira (2007) nos fala, onde essa agricultura não se dissolveu, acontecendo exatamente o contrário: o seu apogeu, seu crescimento notável, sua capacidade de se recriar e de se expandir,

principalmente em termos de volume e unidades de produção, como no caso desta pesquisa em particular; isto, mesmo diante de um cenário dominado por relações capitalistas de produção. A concordância com o referido autor, encontra respaldo objetivo na realidade concreta desta agricultura, sobretudo, no que diz respeito à particularidade do objeto desta discussão.

Há mais de um século, o futuro da agricultura familiar tem sido alvo de um número impressionante de especulações as mais diversas. Se muitos tomavam sua defesa, mais de um profetizava seu desaparecimento próximo, ilustrava seu processo de decomposição para dar lugar a uma forma superior ou mais evoluída de exploração agrícola, seja a fazenda capitalista para uns ou a fazenda coletiva para outros. De todos os lados tentaram nos fazer crer que sua tarefa histórica se acabava (...). Por outro lado, a produção familiar agrícola parece ter sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se, de reproduzir-se ao longo das gerações, de adaptar-se aos movimentos da conjuntura socioeconômica e isto, independentemente dos regimes políticos, tão diferentes de norte a sul, de leste a oeste, nos quais ela foi levada a evoluir (JEAN, 1994, p. 51 *apud* PLEIN, 2010).

Abramovay (1990), acredita que a agricultura familiar, aos moldes contemporâneos, é a superação do campesinato rústico, para ele, esta agricultura seria a única forma de sobrevivência, sob outros moldes, da forma camponesa de produção, de vida e de organização social. Pautada na produção para o mercado, sua inserção neste por meio de acesso ao crédito, aparato tecnológico e toda uma lógica que altera significativamente o que em princípios praticava, compõe o que o autor elenca como agricultura familiar. É necessário então, encaixar o que o autor oferece de contribuição, no assunto desta discussão, ao que prega o PRONAF: programa nacional de agricultura familiar (SOUZA,2015).

Germer (2002) enxerga a agricultura familiar como uma empresa rural familiar assalariada que, a depender do contexto espaço temporal em que se encontra localizada, extrapola o item fundamental de 50% da mão de obra composta pelo núcleo da família. Este autor justifica a sua lógica de recriação no seio do capitalismo, justamente pela sua adentrada no universo de relações capitalistas que se torna inevitável, haja vista ela ser parte deste modo de produção. Para ele torna-se possível, para a unidade de produção camponesa/familiar evoluir a sua dinâmica própria e passar ao universo de relações do capital pelo aumento da mão de obra assalariada e pela proximidade comercial: “[...] quanto mais a agricultura familiar vai sendo acometida de práticas presentes no universo capitalista mais ela vai se desprendendo daquilo que sempre praticou evoluindo de unidade camponesa familiar para empresa familiar assalariada” [...] (GERMER, 2002, p. 5).

A agricultura familiar seria uma evolução do campesinato, algo mais moderno do que este, naquilo que tange a estrutura produtiva, não deixando de lado os membros da família, em que toca à mão de obra para gestão da propriedade, mas dividindo aquela com elementos assalariados, independentemente da fase em que o ciclo produtivo esteja inserido. Em outras

palavras, aqui se tem ela constando da força de trabalho mista entre braços externos destinados a determinados setores do processo produtivo, ao passo que os membros familiares seriam encarregados de tarefas amenas (GERMER, 2002).

Em proximidade com isto, Plein (2010) acredita ser condição fundamental para o entendimento da reprodução da agricultura familiar, no interior do modo de produção capitalista, a dinâmica de seus mercados, ou seja: como se dá a comercialização da produção camponesa/familiar. Não sendo apenas pelo assalariamento ou intensificação das técnicas e tecnologia do universo capitalista, mas sim pelos mercados que a sua produção tem acesso.

Quem pensa também desta forma é Lussani (2012), nela a agricultura familiar também conta com o elemento adicional da comercialização para seguimentos de mercado capitalista, que a colocam em proximidade com este. Em relação de equivalência à Germer (2002), aquela coloca que esta forma de agricultura conta com elementos que vão se distanciando do campesinato, da qual um dia ela fez parte integralmente.

Pela produção deste ser voltada para o mercado, podendo sim haver a produção de subsistência, mas o foco da produção é a venda comercial dos seus produtos. Para tal, entra nesta configuração, também o uso de mão de obra assalariada e aprimoramento do conhecimento técnico para a agricultura. Enquanto a agricultura familiar em si determina-se para a venda e a relação patrão e empregado assalariado é aceita sem nenhum problema moral, a agricultura camponesa se delimita conforme as necessidades e a capacidade das famílias camponesas. Nesse formato produtivo não há uma necessidade de satisfazer tão somente o que é requisitado no mercado (LUSSANI, 2012, p. 11).

A agricultura familiar camponesa, quando passa a produzir para sistemas de comercialização que estão voltados a uma lógica que difere da sua própria, passa a ser subordinada pelo seu mercado consumidor, produzindo como, onde, quando, quanto e o que os seus mercados desejar. Ela pode continuar sendo agricultura de base familiar, tendo os membros da família compondo a mão de obra, contendo ou não assalariamento de forma complementar, estando exatamente de acordo com todos os elementos estruturais que anteriormente a conceituam, porém tendo a sua produção direcionada para setores que não correspondem com sua estrutura interna (OLIVEIRA, 2007).

Correspondendo a uma visão de totalidade da agricultura de base familiar, até o momento pode ser visto um recorte daquilo que vem a ser um vasto repertório teórico conceitual da mesma. Existe um ponto em especial que chama particular atenção em Oliveira (2007), Plein (2010), Germer (2002) e Lussani (2012): a importância do comércio como parâmetro fora da curva para se entender esta agricultura no capitalismo.

Diante disto, percebemos a amplitude teórico conceitual que à envolve, compreendendo desde formas rústicas de vida, tendo como base o núcleo familiar, o campesinato propriamente

dito; ou até a agricultura de mesmo termo, podendo haver o ícone do trabalhador assalariado e até mesmo o mínimo de nível tecnológico, de tal forma a sua base conceitual permanece a mesma: a família como sendo a responsável direta pela administração da propriedade/unidade produtiva (OLIVEIRA, 2007).

Da mesma forma, é necessária atenção para os mercados consumidores da produção familiar, assim como demonstra Plein (2010), se os mesmos são a subordinação que aquela está submetida (OLIVEIRA, 2007); se ainda existe a exclusividade do comércio rústico¹ em “simples” feiras livres, ou até mesmo se programas governamentais fazem parte do suporte comercial da agricultura familiar, criando estratégias para a sua reprodução (SOUZA, 2015).

Saindo de uma macro escala à nível de totalidade, tem-se a Paraíba como historicamente detentora de uma formação agrária, abrigando a figura dominante do latifúndio, porém com experiências de agricultura familiar/campesinato no interior daquele, a monocultura de cana-de-açúcar na Zona da Mata Paraibana abrigava a pequena produção de alimentos para a subsistência que, inicialmente cultivada pelo trabalho escravo para o sustento do mesmo, passou a ser desenvolvida por trabalhadores livres à medida que o regime escravagista ia se derrocando na cultura açucareira (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A bem verdade que a agricultura familiar, se assim podemos chamar esta pequena produção desenvolvida inicialmente por escravos e, logo em seguida por moradores do latifúndio monocultor, esteve sempre atrelada ao capitalismo mercantil, que era caracterizado seja pela produção de açúcar quer na cultura de cana ou em outros ciclos econômicos que o litoral paraibano² juntamente com a região do brejo desenvolveu. Com isso, temos a constatação de que os primórdios da agricultura familiar na Paraíba sempre tiveram, como pano de frente, um latifúndio produtor de uma cultura voltada para o capitalismo mercantil (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Adentrando o interior do estado da Paraíba, o Agreste³ teve, e ainda tem papel, para além de especial na agricultura familiar. Não obstante, custa lembrar que o município de Lagoa

¹ Para além das feiras livres ou programas governamentais como o PAA: programa de aquisição de alimentos, PNAE: programa nacional de alimentação escolar (SOUZA, 2015), este comércio pode ser caracterizado nas trocas entre produtores: um agricultor troca com outro determinados produtos colhidos; venda direta dentro da unidade de produção e etc.

² Litoral paraibano aqui se refere, especialmente, a extensão territorial do bioma Mata Atlântica, que envolve a faixa litorânea.

³ O Agreste é caracterizado por ser uma terminologia popular nordestina, responsável pela transição natural entre a faixa litorânea de mata atlântica, dotada de altos índices pluviométricos e vegetação densa, além de solos profundos; com o domínio morfoclimático do grande sertão seco, caracterizado pelo clima semiárido e vegetação xerófila de caatinga. Ou seja, o agreste é a zona/faixa de transição entre a zona da mata nordestina e o domínio do sertão seco, apresentando características que o dotam de elementos presentes em ambos os domínios que mantem relação com o mesmo (AB' SÁBER, 2003).

Seca está inserido nesta respectiva região e, como tal, tem sua configuração agrária constituída daquilo que Moreira & Targino (1997) classificou como a pequena produção de alimentos no Agreste Paraibano. Sobre a produção alimentar nesta região, descrevem ainda os mesmos autores:

Presente no agreste desde os primórdios da organização do espaço agrário regional, a pequena produção de alimentos sempre constituiu uma atividade complementar. Sua expansão ou retração encontrava-se na dependência do processo de expansão ou retração das culturas de mercado. Produzida principalmente por moradores, parceiros e pequenos proprietários, desenvolveu-se no interior das grandes e médias propriedades. Sempre ocupou os poros da atividade monocultora (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 97).

Os autores reforçam o que foi dito anteriormente dentro da configuração do espaço agrário paraibano, a experiência mais bem sucedida de agricultura familiar pode ser vista até hoje no agreste do estado. Como herança deste processo de formação, tem-se uma fragmentação da área que compõem este recorte regional caracterizado pela pequena e média propriedade, não sendo excluído também o latifúndio. As relações de trabalho em igualdade contribuíram para isto, o sistema de morador, parceria, além dos tímidos pequenos proprietários, eram na verdade o cerne daquilo que hoje é conhecido como o agricultor familiar/camponês (MOREIRA; TARGINO, 1997).

É importante ressaltar que entre as quatro mesorregiões do estado, é no agreste onde a pequena produção possui maior importância relativa tanto econômica como social. Com efeito, é nesta região onde se encontram os mais baixos índices de concentração fundiária do estado. Com certeza, o peso da pequena produção no contexto da organização do espaço Agrestino foi um dos fatores responsáveis pelo adensamento populacional dessa região em particular, na zona rural (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.97).

Ou seja, as estruturas sociais e fundiárias da região agreste tiveram como base aquilo que os autores acima colocam, uma população majoritariamente rural, tendo a média e pequena propriedade coexistindo com o latifúndio. Sobre isto é importante ressaltar que consiste até hoje algo próximo a este cenário. O município de Lagoa Seca é um “bom” exemplo.

Por último, a nível de uma meso-escala, o Sertão Paraibano também comportou com a criação de gado bovino e o ciclo do algodão a pequena produção de alimentos, sendo desenvolvida no interior do latifúndio e cultivada pelo vaqueiro e seu núcleo familiar. Devido as condições naturais desta região do estado, tornou-se limitada esta pequena produção, no entanto serviu ao seu objetivo: a subsistência daqueles que a cultivavam (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Neste contexto de inserção da agricultura familiar/campesinato no universo capitalista, chegamos ao que de maneira breve pode ser dito da particularidade do presente objeto de análise, que é o município de Lagoa Seca, emblemático representante desta agricultura na supracitada região geográfica, mas de características físicas climáticas e naturais pertencendo

ao brejo úmido de altitude, este município conta com as mais diversas formas que acima foram descritas; a grande maioria sendo composta de unidades de produção agrícola que tem por base a mão de obra familiar (SOUZA, 2015).

É necessário acrescentar nesta discussão a presença de unidades de produção, principalmente de hortaliças, compondo exclusivamente o universo do modo de produção capitalista. Constando de uma maximização da produção, sob total regime assalariado, sem os trabalhadores estarem inseridos na acumulação de capital que a atividade proporciona ao dono da terra é possível encontrar, ainda que na minoria, propriedades rurais capitalistas no espaço agrário do respectivo município em questão.

A relação da agricultura familiar com o capitalismo em Lagoa Seca pode ser definida sob diversas formas, além do cenário logo acima descrito, tem-se a especulação imobiliária atuando como um entrave para a aquisição de terras e a formação de novas unidades de produção familiar, ou seja, o capital ditando o preço da terra e subordinando a mesma (OLIVEIRA, 2007); o elemento comercial também entra como sendo um dos principais componentes da relação entre capital e agricultura familiar, seja pela venda direta da produção para empresas do ramo de hortifrutigranjeiros ou pela relação com o atravessador, que pode ser considerado como agente do capital (SOUZA, 2011).

3 – A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA

A agricultura familiar deste município pode ser considerada como, diversificada e dotada de complexidade, envolvendo as mais diversas formas que, anteriormente vimos em sua conceituação. A bem verdade, é notório que se tenha conhecimento de sua importância à nível municipal, constituindo a principal atividade econômica de grande parte do seu território (SOUZA, 2011).

Antes de falar da agricultura familiar neste município, é importante fazer menção àquilo que em outrora correspondeu à sua raiz estrutural, em outras palavras: antes de afirmar o que é, este tipo de agricultura na atualidade presente, é necessário se voltar para às suas origens. Afinal de contas, o que levou Lagoa Seca a ter esta configuração agrária em que a agricultura desponta com tanta importância? Para responder a esse questionamento, torna-se necessário um aparato histórico/geográfico ou dentro da linguagem restrita: espaço temporal (SANTOS, 1988).

A estrutura fundiária de Lagoa Seca, contou, nos primórdios de sua formação, com a presença de alguns latifúndios, que não somavam meia dúzia, ou seja, famílias que detinham grandes extensões de terra, cuja mão de obra se baseava no sistema de moradia, pagamento de foro para aqueles que tinham essa relação com o dono da terra, além da figura do meeiro

(SANTOS, 2007). A primeira forma, consistia em conceder a um homem com família: filhos e esposa, um pedaço de terra no interior do latifúndio, esta área geralmente envolvia espaços periféricos das grandes atividades monocultoras que o sustentavam, como a cana de açúcar nos engenhos, o sisal, a mandioca, etc. O morador tinha sua área de plantio para a sua segurança alimentar, mas ficava no dever juntamente com seus filhos de prestar um dia de trabalho para o latifundiário dono da terra, como forma de pagamento pelo uso da mesma. A segunda forma não envolvia este tipo de pagamento, nela o morador anualmente desembolsava uma quantia em dinheiro e efetuava o pagamento ao dono da terra. Por último, o meeiro também era morador do latifúndio, mas trabalhava, e sua produção dividia com o dono da terra (OLIVEIRA, 2007).

Em todas estas formas de relação de trabalho, que historicamente se desenvolveu no espaço agrário de Lagoa Seca, a figura do morador se fez presente e demonstrou extrema importância para o que hoje nós temos como agricultura familiar: jovens rapazes que se casavam e constituíam família e tinham como opção de sobrevivência, apenas a terra do latifúndio e a relação com o seu dono. Com o passar do tempo seus filhos também constituíam família e seguiam o mesmo caminho, isto determinou que, com a dissolução dos latifúndios, seja pela morte de seu dono e, conseqüentemente desinteresse de seus herdeiros, ou até mesmo pela via de desapropriação, por reforma agrária, todos os moradores se transformassem, à posteriori, em proprietários de pequenas e médias propriedades rurais, que hoje constituem a atual estrutura fundiária do município⁴ (SANTOS, 2007).

Desta conjuntura fundiária, caracterizada pelo latifúndio monocultor, abrigando o sistema de moradia como relação dominante, contendo a pequena produção de gêneros alimentícios nas áreas destinados à família do morador, é que se tem atualmente a configuração do espaço agrário de Lagoa Seca, dotado pela maioria de suas propriedades rurais sendo caracterizadas como minifúndios policultores, administrados, geridos e mantidos por uma estrutura de produção baseada nas mais diversas formas de agricultura familiar (SOUZA, 2015).

Superadas as monoculturas que representaram, em outrora, importância grandiosa e econômica em Lagoa Seca, a exemplo da mandioca e a produção de sua farinha, à que o então agricultor familiar estava diretamente relacionado, a agricultura de mesmo termo passou a ser, o que hoje ela é: dotada de complexidade e diversidade de formas. A este respeito, Souza (2015) já percebera o presente fato, não descartando o elemento familiar que fundamenta a mesma, ou

⁴ Sobre isto, MOREIRA; TARGINO (1997) tem muito a oferecer, principalmente sobre a importância do sistema de moradia para a estrutura fundiária e formação social Das regiões do Agreste e Brejo Paraibano.

seja, independente da forma como ela se dá, a mesma ainda conta com o núcleo da família no seu desenvolvimento.

Quando se fala de sua complexidade, se tem em mente as diversas formas de relação que esta agricultura familiar mantém com outros segmentos sociais, culturais, religiosos e até mesmo ligados a entidades de preservação ambiental. Por outro lado, quando o assunto é a sua diversificação, acontece em igualdade de gênero, número e grau, todas as formas desta agricultura que no início desta discussão foram vistas, podem ser reconhecidas em Lagoa Seca. Todas elas sendo desenvolvidas na pequena e média propriedade rural.

Aquele campesinato rústico (Figura 01), clássico nas discussões teóricas, representado pela figura do camponês rude e matuto em outras literaturas do assunto, que Lussani (2012) se referiu; apesar de vim no decorrer do tempo, passando por um processo de extinção⁵, também se faz presente nesta realidade, este campesinato corresponderia àquela velha e tradicional forma de vida e organização social, vinculado com aspectos religiosos e místicos, como a crença em alguns santos católicos que trazem fartura, para a colheita e apresentam sinais místicos para as estações do ano.

No que tange à produção, esta forma de agricultura familiar passa, primordialmente pela figura do seu núcleo de indivíduos com ligação de parentesco entre si, produzindo para subsistência e comercialização de excedente. O cultivo de variedades alimentícias, como: feijão, milho, fava, batata-doce, macaxeira, feijão guandu, entre outros, além da criação de uma pequena criação de animais, compõe esta forma de agricultura familiar neste município. O campesinato rústico em Lagoa Seca vem deixando de existir, passando por um processo de transformação, não deixando de lado a estrutura familiar, mas alterando a sua lógica produtiva e de relação com o mercado e com outros setores da sociedade⁶. Essa realidade no município pode ser resumida em dois elementos: a morte de velhos agricultores familiares que pertencem às gerações passadas e conseqüentemente, à Ascensão de novos indivíduos aos seus postos dentro das unidades de produção camponesa/familiar⁷ (SOUZA, 2015).

⁵ O termo é aqui utilizado para se referir à diminuição dos indivíduos que fazem parte desta forma de agricultura familiar, no respectivo município em questão, não tendo nenhuma relação com a extinção do campesinato, que é marca das discussões teóricas. Assunto de outra natureza.

⁶ Quem muito bem fala desta transformação do camponês/campesinato rústico, em outra forma de agricultura familiar e que foi feito uso nesta discussão é Germer (2002) e Plein (2010).

⁷ Souza (2015) já menciona em seu texto outro fato importante e de fundamental interesse: o fato de que o número de jovens envolvidos na agricultura familiar, em Lagoa Seca, vem diminuindo ao longo dos anos, comprovado pelos censos agropecuários que o autor faz uso. Isto significa que a manutenção de uma agricultura que independentemente de sua conceituação, conta com o núcleo familiar, não está assegurada.

Figura 01: Área de roçado típico do campesinato rústico



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2022

A produção de frutas, principalmente banana, manga, jaca e laranja, correspondem a outra vertente de um campesinato que, se encontra coexistindo no espaço agrário de Lagoa Seca, com aquele descrito acima, porém sendo destacado pela importância que o mesmo já destaca ao quesito produção, ou seja; tudo que é produzido dentro da unidade, tem como destino a comercialização. Conta com o trabalho majoritário ou até mesmo único do núcleo familiar, mas apresenta diferenças reais em relação àquele. É importante destacar a presença deste campesinato (Figura 02), não tanto rústico, mas presente na realidade agrária do município, pelo fato do mesmo constituir, inclusive, uma particularidade regional no interior daquele, a chamada região⁸ das ladeiras composta pelos sítios de frutas (SANTOS, 2012).

Figura 02: Pequena propriedade familiar produtora de frutas. Sítio Cumbe, Lagoa Seca-PB



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2022

Outra forma de agricultura desenvolvida pelo núcleo familiar, cultivada na pequena propriedade rural e que tem demonstrado grande aderência de agricultores no município é a agroecologia. É claro que a mesma conta com um nível de racionalização da produção que foge a todos os padrões convencionais, esta prática conta no município, com o apoio de organizações

⁸ O sindicato rural dos agricultores de Lagoa Seca desenvolveu, no início dos anos 2000, uma divisão regional do território municipal de acordo com a produção agrícola de cada área: região das verduras, região dos roçados, região do encontro dos rios, região do agreste; estabelecendo que os espaços mais íngremes (região das ladeiras) estavam compostos de pequenas propriedades policultoras de frutas; a bem verdade que esta divisão regional se encontra desatualizada em alguns quesitos principalmente no que diz respeito à produção de hortaliças. Para maiores informações sobre a presente divisão regional, ver Souza (2011) e Santos (2012).

como a Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa – ASPTA (CASTRO, 2011), que ajuda no desenvolvimento de uma agricultura em equilíbrio com a natureza, economia, sociedade e toda a integração do sistema em que ela esteja inserida (ALTIERI, 2004).

Fugindo de uma sequência espaço temporal, a agricultura orgânica tem sido a mais recente experiência familiar em Lagoa Seca. Tem-se aqui por agricultura de produção orgânica, aquelas hortaliças e tubérculos, além de outros gêneros alimentícios que se encontram em disparidade aos métodos convencionais de cultivo e controle de pragas. Essa agricultura familiar de produção orgânica, pode ser classificada como uma divisão com a agroecologia, apresentando destaque apenas aos alimentos que produz e se desprendendo da preocupação com outros segmentos acima citados (SANTOS, 2012).

Por fim, se tem a agricultura familiar propriamente dita, que se encaixa naquilo que Germer (2002) faz referência: desenvolvida na pequena e média propriedade rural, produtora de hortaliças, em particular as variedades de coentro e alface, no caso de Lagoa Seca, contendo a presença de elementos assalariados, contando com o mínimo de nível tecnológico na produção, tendo essa voltada para a comercialização que, de acordo com Souza (2011; 2015), se encontra fortemente influenciada por elementos a serviço do capitalismo como é a figura do atravessador ou a comercialização direta com empresas e redes de supermercados. Também pode ser encontrado traços característicos do que Abramovay (1990) menciona. Essa forma de agricultura familiar⁹ é bastante emblemática na realidade espacial em questão, representa um dos elos de resistência e recriação da mesma (FERREIRA, 2019).

Todas elas se encontram de algum modo sujeitadas ao capitalismo. Seja pela especulação imobiliária, ditando o preço da terra e impedindo a formação de novas unidades de produção familiar (OLIVEIRA, 2007), como é o caso de algumas áreas de campesinato rustico que abrigam chácaras privadas destinada a setores abastados da sociedade; seja também pela via comercial, tão resguardada nas discussões teóricas, entrando neste caso o comércio com empresas capitalistas, a exemplo da realidade local com a empresa Hortaliças Sempre Verde e a empresa Hortaliças Reino Verde, não deixando de lado a figura comercial do atravessador da produção familiar tão bem colocado por Souza (2011; 2015), onde o autor coloca que esse indivíduo faz parte do modo de produção capitalista, principalmente pela sua capacidade de sugar o valor produção familiar.

⁹ Ferreira (2019), autora que faz parte do repertório bibliográfico sobre a agricultura familiar de Lagoa Seca, apresentou, em seu texto, a relação entre o crescimento desta agricultura, com base nos conceitos de alguns teóricos mais céticos; atrelado à produção de hortaliças, com a qualidade da água com que as mesmas eram produzidas. Seu trabalho tem vinculação direta com este em particular.

A figura do atravessador não é recente, na agricultura familiar do município, isso tanto em presença comercial como em discussões acadêmicas. Numa realidade discrepante daquela analisada por Souza (2011; 2015). Este indivíduo ainda se encontrava em situação mais favorável ainda, de exploração dos pequenos produtores familiares, um contexto espaço temporal que, a produção de hortaliças não detinha a visibilidade comercial que desponta hoje, em que é possível até mesmo estabelecer uma lógica de contradição mútua e de sobrevivência de ambas as partes, entre agricultor familiar e atravessador (CAVALCANTI, 1997).

As estratégias de sua recriação, passam pelo crivo de políticas públicas, voltadas para a mesma, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o elemento comercial, apesar de controverso, também entra como uma pseudo recriação desta agricultura, principalmente por ser o destino da produção e um elemento que, se presente, instiga o produtor a desenvolver e diversifica-la, como colocado por Souza (2015). Não pode ser deixado de lado também as estratégias de recriação e resistência desta agricultura para aquelas unidades de produção que aderem à agroecologia e, que possuem a via comercial e de auxílio técnico da assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa ASPTA, através de feiras e eventos chancelados pela mesma (CASTRO, 2011).

4 – A AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DO BAHIA

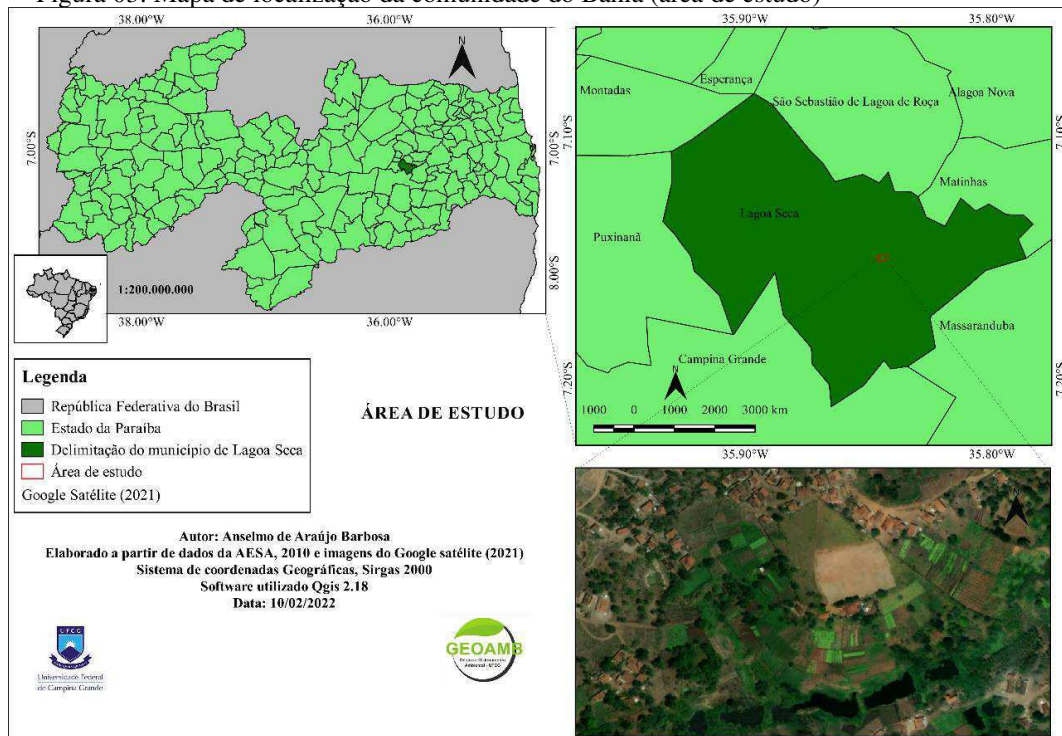
Localizada na zona rural do município de Lagoa Seca (Figura 03), há 6 minutos de seu distrito sede, sob coordenadas (-7°08'59.5" S, 35°, 50'42.8" W); recebeu este nome, por comportar em seu território, um campo de futebol com igual denominação, sendo este, o espaço oficial do time do Bahia¹⁰, ou seja: campo do Bahia, comunidade do Bahia. Conta com pouca estrutura: água saneada pela CAGEPA¹¹, escola municipal de ensino infantil e fundamental, igreja evangélica, cerca de noventa (90) unidades habitacionais, nenhum tipo de calçamento em ruas e estradas; contando com um número significativo de habitantes que, segundo seu líder comunitário, possui em torno de 300 habitantes¹². Como uma última informação de seus aspectos descritivos, temos que ela pertence, em termos políticos administrativos, ao Distrito Floriano.

¹⁰ Trata-se de um time de futebol local, não tendo nenhuma relação com o de mesmo nome, oriundo da respectiva unidade da federação Brasileira.

¹¹ Companhia de Águas e Esgotos do Estado da Paraíba. Trata-se de uma empresa estatal administrada pelo governo do Estado da Paraíba.

¹² Para uma comunidade, cuja extensão territorial não chega à 10 quilômetros quadrados, é uma importante população, nisto chamamos atenção para a relação entre tamanho espacial x número de pessoas residindo, lembrando que, aqui não é discutido o fator densidade demográfica, apenas o número de habitantes e a concentração destes nas proximidades do campo que deu nome à comunidade.

Figura 03: Mapa de localização da comunidade do Bahia (área de estudo)



Fonte: Barbosa, A. Trabalho de Campo. QGIS 2.18.26. AESA, 2010. Google Satélite (2021). Lab. GEOAMB/UAG/UFCC/CG. BARBOSA, A. A. 2022.

A pesquisa desenvolvida na comunidade em questão, contou com um público de quinze (15) produtores de hortaliças, agricultores familiares, em sua grande maioria; focamos em nosso trabalho, apenas no quesito produção agrícola da comunidade, pelo fato de ser este, o único e grande eixo do seu dinamismo econômico local: a produção de hortaliças. A estrutura produtiva e os aspectos da produção agrícola, foram a base de nosso trabalho junto a esta comunidade.

A nossa metodologia se baseou no estudo de campo, como prática indispensável ao trabalho do geógrafo, necessária ao desenvolvimento da ciência espacial; é no campo que o pesquisador tem contato e manuseio com os problemas que deseja investigar (SUERTEGARAY, 2002). O registro fotográfico também seguiu o nosso fio metodológico nesta pesquisa; a captura do momento, a paralisação do tempo, as condições ideais de um momento histórico, podem ser vistas através das imagens e das fotografias, onde muitas vezes uma delas vale mais do que mil palavras; o que dizer então quando o assunto é agricultura familiar (MARTINS, 2008). O desenvolvimento de entrevistas junto aos agricultores foi, sem dúvida, o mais importante item de nossa metodologia, inspirados em Lakatos, Marconi (2003), optamos pelo tipo focalizado em tópicos, previamente definidos por nós.

A exemplo de Cavalcanti (1997), Castro (2011) e Santos (2012) realizamos nossas entrevistas sob uma conversa informal com cada produtor de hortaliças, ocorridas até mesmo

dentro dos canteiros¹³. Esse tipo de conversa ajuda o pesquisador a falar uma linguagem que está mais ligada ao público que ele se encontra inserido, em nosso caso, foi fundamental para que todos eles nos entendessem e compreendessem o nosso trabalho.

Focamos nossa pesquisa nos aspectos estruturais e agrícolas da agricultura familiar da comunidade do Bahia, como; estrutura fundiária, mão de obra, volume semanal da produção, técnicas/tecnologias utilizadas, formas de comercialização; vinculação a projetos de natureza governamental, associação comunitária ou sindicato; variedades cultivadas.

Na demonstração das informações desta pesquisa, segue inicialmente, o que cada unidade de produção de hortaliças que visitamos, planta e colhe, além do volume desta colheita.

Quadro 01: Volume semanal colhido e as variedades cultivadas por unidade de produção (PX) da Comunidade do Bahia

Unidades de produção/propriedades	Volume semanal. U. medida: mói/quilograma/caixa	Variedades cultivadas/colhidas
P1	300 móis ¹⁴	Coentro e alface
P2	300 a 450 móis	Coentro e alface
P3	500 a 700 móis	Coentro e alface
P4	2.000 a 2.500 móis	Coentro e alface
P5	200 móis	Alface
P6	2.300 mói; 45 caixas	Alface, colve, abobrinha; beringela, jiló
P7	700 móis	Hortelã, coentro, alface, colve
P8	3.000 móis	colve
P9	150 kg; 270 móis	Feijão verde; alface, flores
P10	100 kg; 70 móis	Feijão verde; coentro
P11	350 móis; 100 kg	Alface, coentro; feijão verde
P12	500 móis; 130 kg	Alface; fava
P13	1.500 móis	Alface
P14	10.200 móis	Coentro, alface, cebolinha
P15	2.700 móis; 4 caixas	Coentro, alface, rúcula, hortelã, salsinha, espinafre, alecrim; jiló

Fonte: Dados da pesquisa de campo, fev./2022

Uma produção exponencial, digamos até expressiva, diante da extensão territorial da Comunidade do Bahia, assim como da estrutura fundiária destas unidades, que é nosso próximo assunto; trata-se de uma produção de hortaliças, em geral, sob formato intensivo, uma maximização¹⁵ desta. Quanto às variedades cultivadas, apesar de haver uma presença maior de

¹³ É o espaço quadrado, medindo aproximadamente 1,20 m x 5 m, onde são cultivados a maior parte das variedades de hortaliças dentro da unidade de produção.

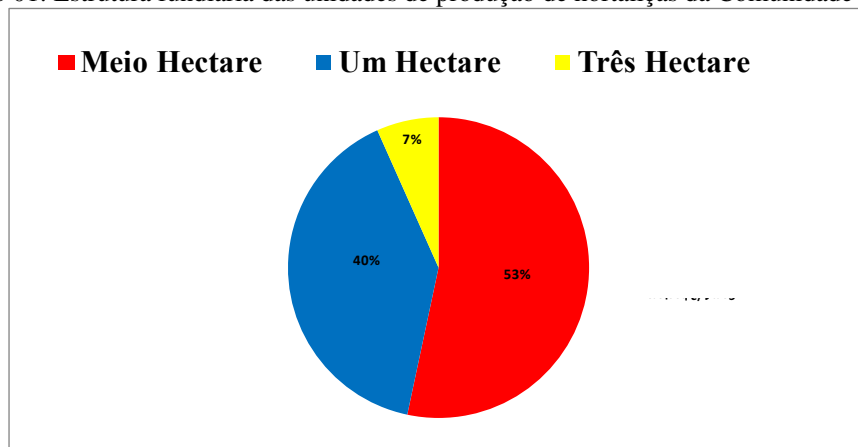
¹⁴ Moio, móis ou mói, trata-se de uma expressão popular muito comum entre os produtores rurais de hortaliças no município de Lagoa Seca e região, corresponde a uma porção de um determinado produto agrícola, uma espécie de medição criada para calcular os quantitativos de uma dada produção agrícola para a comercialização. Porém com definição mais científica: moio/móis/mói corresponde a uma antiga unidade de medida de capacidade para secos, equivalente à 15 fangas, ou seja, 21, 762 hectolitros (FERREIRA, 1999). Trata-se então de uma unidade de medida.

¹⁵ A partir dos números semanais da produção de hortaliças da Comunidade do Bahia, podemos notar uma estreita relação, desta agricultura familiar, com aquela pregada e valorizada por Abramovay (1990): voltada para uma produção em formato intensivo e desprendida de amarras tradicionais ligadas ao campesinato rústico, uma

coentro e alface, vistos até mesmo no mapa acima, mesmo estes dominando a paisagem da comunidade, é possível observar uma diversidade de cultivares, uma variedade de hortaliças vistas somente nesta comunidade estudada.

O gráfico abaixo traz a estrutura fundiária destas propriedades, quando falamos em produção intensiva de hortaliças e maximização desta, estávamos justamente relacionando o tamanho destas propriedades com o volume de sua produção que, como vimos, é expressivo.

Gráfico 01: Estrutura fundiária das unidades de produção de hortaliças da Comunidade do Bahia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2022

A estrutura fundiária das unidades de produção de hortaliças, bem como da comunidade em geral, reflete um fato presente no espaço agrário do município de Lagoa Seca, em sua totalidade: a minifundiarização¹⁶ da pequena propriedade rural, a fragmentação em pequeninos espaços, com tamanho inferior ao padrão da pequena propriedade (SOUZA, 2015). Das quinze (15) unidades de produção que visitamos, oito (08) delas tem $\frac{1}{2}$ hectare de terra, outras seis (06), contém tamanho de um (01) hectare e apenas uma (01) delas comporta realmente o tamanho da pequena propriedade rural, com três (03) hectares.

Quem identificou este mesmo fato, foi Santos (2009), também no município em questão, em uma comunidade um pouco maior que a de nossa pesquisa. Tal situação fundiária incita à

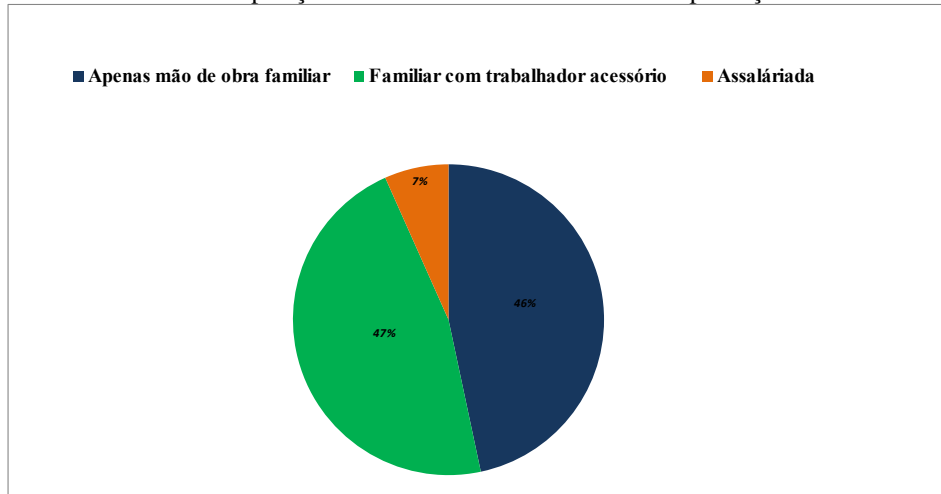
agricultura que produza para o mercado e se vincule totalmente a ele para continuar existindo. Mas se atendo ao termo produção expressiva, o que seria ela? Estaria voltada para a relação entre, volume de produção x área de produção x técnicas/tecnologia da produção: produzir mais em menos tempo, na menor área possível e com as determinadas técnicas/tecnologias necessárias e adequadas à realidade/meio. No que tange apenas e unicamente à volume expressivo, tem-se que uma produção com números altos corresponde a um volume expressivo como no caso deste exposto no quadro acima com o volume semanal da produção de hortaliças da comunidade do Bahia.

¹⁶ A primeira vez que o termo aparece é em Souza (2015), muito embora Santos (2009) o tenha mencionado sob outra palavra, remete justamente à fragmentação da pequena propriedade rural de cunho familiar, essa que, sob o formato minifundarizado, não detém mais condições de abrigar em seu interior, todos os membros mais jovens da unidade de produção, fato que explica em alguns casos a migração para outras regiões do país ou a busca por trabalho assalariado nos grandes centros urbanos.

reflexão sobre o futuro da agricultura familiar em Lagoa Seca, onde a propriedade da família não é mais capaz de assegurar seus membros dentro da terra.

O próximo quesito observado, diz respeito à composição da mão-de-obra dentro destas unidades de produção, que foram foco desta pesquisa. O gráfico seguinte (Gráfico 02) demonstra isso.

Gráfico 02: Composição da mão-de-obra nas unidades de produção visitadas



Fonte: Dados da pesquisa de campo, jan./2022

Quanto à mão-de-obra descrita no gráfico acima, não apresenta diferença significativa em relação à agricultura familiar de nível municipal, ou seja, segue o mesmo padrão de trabalho que é visto no município de Lagoa Seca, com presença maciça de trabalho familiar e no mais o acessório (SOUZA, 2015); de todas as unidades de produção de hortaliças que visitamos na Comunidade do Bahia, apenas uma delas não conta com esse trabalho, e sim, assalariado em sua integridade. O trabalho acessório foi, por nós incorporado nestes números, pelo fato de que representa importante parcela dentro deste fator, que corresponde exatamente, àquelas unidades de produção familiar que, por necessidade de um braço externo em momentos de picos na produção, coloca um trabalhador externo à propriedade, variando conforme a sua necessidade e os membros da família (OLIVEIRA, 2007). A mão-de-obra utilizada na produção de hortaliças na Comunidade do Bahia é majoritariamente familiar (Figura 04) com o incremento do trabalho acessório.

Figura 4: Mão-de-obra familiar no plantio de alface



Fonte: Dados da pesquisa de campo, fev./2022.

A tecnologia/técnicas utilizada(s) na produção de hortaliças na Comunidade do Bahia, também foi alvo de nossa pesquisa junto a mesma; formas de irrigação, pulverização, cultivo do solo e formas de mudas estão expressas abaixo, com o número de propriedade que aderem a tais.

Quadro 02: Técnicas/tecnologias utilizadas na produção de hortaliças na Comunidade do Bahia por unidades de produção

Tipos de técnicas/tecnologia	Unidades de produção que fazem uso das mesmas
Apenas Irrigação manual por mangueira	04
Apenas Irrigação por micro aspersão	04
Apenas Irrigação por fita de gotejamento	01
Irrigação por consórcio de micro aspersão, fita de gotejamento e mangueira	01
Irrigação por consórcio de fita de gotejamento e micro aspersão	05
Pulverização por motor (pulverizador)	01
Pulverização por bomba costal	14
Aragem da terra por micro trator	06
Sistema de parceria entre produtores para empréstimo de micro trator	01
Aragem manual da terra	08
Plantio apenas por muda de bandeja	06
Plantio apenas por muda convencional	03
Plantio por consórcio entre mudas convencionais e de bandejas	06

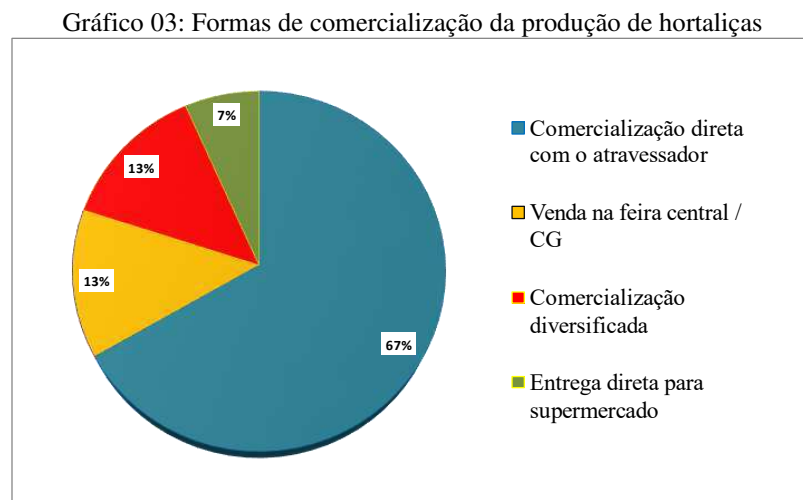
Fonte: Dados da pesquisa de campo, fev./2022

Apesar da produção ser expressiva¹⁷, existe uma mescla de técnicas/tecnologias na mesma: a irrigação manual, por mangueira, ainda permanece em algumas propriedades; a

¹⁷ De acordo com os números do quadro 01, seria comum, que as técnicas/tecnologias, fossem mais voltadas ao que demonstra o volume semanal da produção, ou seja, mais pulverizadores e uma quantidade maior de micro tratores, uma inserção maior de tecnologia e motorização, fato que não corresponde aos dados do quadro 02 acima.

pulverização por bomba costal ainda é quase que unanimidade; e de resto, ainda permanece uma variedade mesclada entre as demais técnicas oferecidas.

A título de resistência, o que poderia ser classificado até mesmo como resquícios, tem-se a aragem manual da terra feita, ainda, por enxada, se fazendo presente em mais da metade das propriedades visitadas. Um ponto do quadro 02 que merece destaque, diz respeito ao plantio por mudas de bandeja, desenvolvidas sob tecnologia intensiva, que realmente aponta para uma explicação direta do volume expressivo da produção semanal por unidade de produção¹⁸. Seguimos com o fator comercialização, muito importante, dado os números desta.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, fev./2022

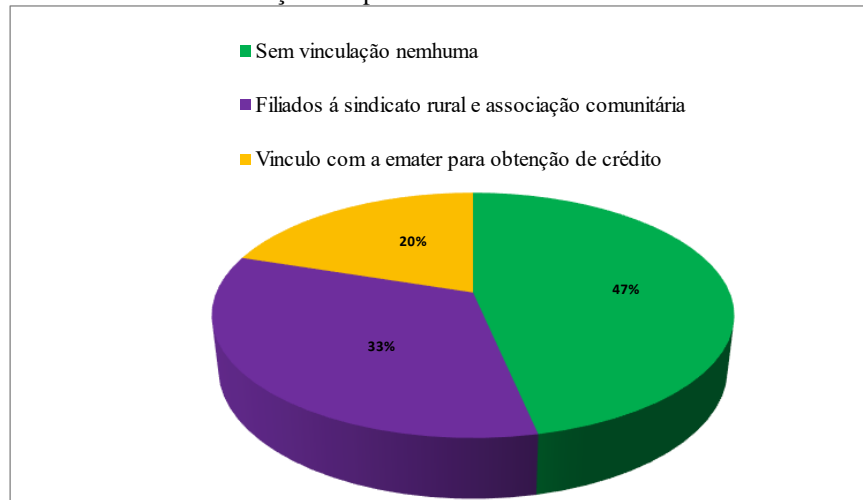
Extremamente voltada para a figura do atravessador, tal comercialização se torna uma espécie de refém deste agente a serviço do capitalismo; no entanto, a de se considerar que o mesmo, possui caráter contraditório, ao passo em que captura, parcela considerável dos ganhos dessa agricultura familiar, é fator importante de sua recriação, por se tratar justamente de ser mercado consumidor¹⁹ de sua produção (SOUZA, 2015).

O último item de nossa pesquisa, conta com o engajamento ou aderência dos agricultores familiares da comunidade do Bahia junto à programas governamentais, se fornecedores ou membros; se pertencem às cooperativas, associações ou sindicatos; se possuem acesso ao crédito por serem produtores familiares; diz respeito ao esclarecimento/conscientização de classe desses produtores, conforme mostra o gráfico abaixo.

¹⁸ Principalmente no que diz respeito às variedades de alface, beringela e jiló, que de acordo com os depoimentos de alguns agricultores, as mudas de bandeja contam com vida útil mais longa no solo além de apresentarem mais facilidade para fixação e pega depois de plantadas, com o adicional de que a alface pode ser colhida de 4 a 5 vezes num único mês, se plantado por muda de bandeja, ele chega sua maturidade 5 dias antes do tempo normal.

¹⁹ Muitos agricultores familiares da Comunidade do Bahia que foram entrevistados nesta pesquisa, afirmaram que, ainda contam com um volume expressivo de produção semanal, justamente por terem no atravessador, a única forma de comercializar a sua produção. É através desta comercialização, expressa no gráfico 03, que percebemos a inserção desta agricultura familiar dentro do universo de relações capitalistas.

Gráfico 04: Vinculação dos produtores rurais da Comunidade do Bahia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, fev./2022

Apesar de um considerável número de produtores familiares de hortaliças estar ligado ao sindicato municipal dos agricultores, destacando aqui o papel desta instituição, que desenvolve relevante contribuição junto aos agricultores de modo geral no município, e que fora fundada na década de 1980; bem como à associação comunitária que, representa algum tipo de assessoria junto aos agricultores, também os poucos mecanismos de acesso ao crédito agrícola²⁰, que alguns deles recorrem; é importante ressaltar a grande maioria daqueles que não tem vinculação nenhuma²¹. Isso leva a crer, já passando aos estágios finais dessa pesquisa, que apesar da produção ser expressiva; mesmo a figura do atravessador, sendo este agente a serviço do capital inserido nesta comunidade, dominar o comércio de hortaliças; ainda falta a estes produtores uma maior conscientização do valor de sua produção e de seu trabalho; ou seja, fazendo uma consonância com o nível de sua produção e sua forma de comercialização, indo ao encontro do que Abramovay (1990) comenta sobre a agricultura familiar contemporânea: mais acesso ao crédito, inserção completa no mercado capitalista, maior nível tecnológico.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

É reiterado aqui a importância da agricultura familiar, a nível nacional, responsável por geração de emprego e distribuição de renda por todo o Brasil, além do abastecimento interno de alimentos com que a mesma é capaz. Dentro da perspectiva estadual ela segue em igualdade de relevância e destaque, foi co-responsável pela formação social da Paraíba em quase todos os

²⁰ Por poucos entendemos, aquele que nos foi oferecido como resposta ao nosso questionamento: os empréstimos contraídos junto à empresa municipal de assistência técnica e extensão rural (EMATER). Segundo os produtores de hortaliças, tais empréstimos servem para financiar projetos de irrigação, compra de mais suplementos para a unidade de produção, além de serem voltados para investimentos em infraestrutura produtiva para as hortaliças (irrigação, sementes, material de construção para depósitos de máquinas e equipamentos).

²¹ Vale também destacar que a própria Comunidade do Bahia não tem associação comunitária, ficando seus habitantes, associados em comunidade adjacente à sua.

momentos históricos desse estado. Não poderíamos deixar de lado a produção familiar de Lagoa Seca que, é sem dúvida nenhuma a marca de seu povoamento e constituição municipal.

Na micro escala, a Comunidade do Bahia, despontou no cenário municipal, devido a sua expressiva produção familiar, vista nas linhas deste texto, surge a importância desta agricultura; o campo de futebol que lhe rendeu nome, tem sua relevância, mas a produção familiar de hortaliças, sustenta o seu status perante a realidade municipal. Ainda há muito o que ser feito por esta, bem como pela agricultura familiar de Lagoa Seca. Quanto a mencionada comunidade, lugar desta pesquisa, esta sofre com a ausência de serviços públicos essenciais: saneamento básico, melhoria nas habitações dos moradores, Unidade de Saúde da família (UBS), pavimentações de vias de acesso e espaços de lazer. Todos estes que, apesar de um considerável número de habitantes, não são elementos presentes na realidade espacial desta comunidade.

A agricultura familiar da Comunidade do Bahia, com a produção de hortaliças, também possui suas dificuldades e desafios, como: ausência de veículos próprios e adequados para o transporte de suas produções, reduzindo conseqüentemente sua dependência com os serviços prestados pelos “atravessadores”; melhoria nas formas de comercialização; maior engajamento sindical e associativo; ampliação do acesso ao crédito agrícola; a necessidade de mais espaços agrícolas para a população produtora pesquisada, uma vez que as terras disponíveis para o cultivo são reduzidas, comprometendo a produção atual e futura. Tal situação é dificultada ainda pelo fato de parte considerável de extensões agrícolas, próximas da Comunidade do Bahia, pertencerem a proprietários de chácaras, muitos destes, inclusive, não habitantes do lugar. A comunidade do Bahia não tem para onde crescer, sua maior limitação, desafio e dificuldade se refere a sua limitação territorial, que afeta diretamente a sua agricultura familiar e produtora de hortaliças.

6 – REFERÊNCIA

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Instituto de filosofia letras e ciências humanas da universidade estadual de Campinas. Tese (doutorado), 1990.

AZIZ, Ab’ saber Nacib. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CASTRO, Jucyeli Pereira. **Atividades agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres do sitio Floriano em Lagoa Seca-PB**. [manuscrito]. – 2011.

CAVALCANTI, Ângela Maria Lopes. **E o suor que perco todo dia, não vale nada?: a comercialização da produção familiar em Lagoa Seca – PB**. – Campina Grande, 1997.

- FERREIRA, Jéssica. **A qualidade da água utilizada na produção de hortaliças em Lagoa Seca-PB**. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia - CEDUC – UEPB) Campina Grande – PB, 2019.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. – 3. Ed. Revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GERMER, C.M. (2002). **A irrelevância prática da agricultura ‘familiar’ para o emprego agrícola**. *Reforma Agrária*, v. 31, nº 1, jan/abr, pp. 47-62.
- LUSSANI, Cassia Adriana. **A agricultura Camponesa Frente ao Capitalismo**. XIII jornada do trabalho. Pres. Prudente/SP. 08 a 12 de outubro De 2012.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica/** Marina de Andrade Marconi. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- MARTINS, J. de S. **Sociologia da imagem e da fotografia**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOREIRA, E. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. FFLC: São Paulo, 2007.
- PLEIN, Clério. **Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização**. Informe Gepec, Toledo, v. 14, n. 2, p. 96-111, jul./dez. 2010.
- PLEIN, Clério. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d’ Oeste, Santa Catarina**. Porto Alegre; UFRGS/PGDR, 2003. [dissertação].
- SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB: Sítios Santo Antônio, Alvinho e Floriano** [manuscrito] 2011.
- SOUZA, Jamerson R. M. de. **Resistência e recriação camponesa a partir do programa de aquisição de alimentos no município de Lagoa Seca-PB**. João Pessoa, 2015.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria. **Pesquisa de campo em geografia**. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. 2002.
- SANTOS, Edilma da Silva. **As interações econômicas e socio ambientais em torno da agricultura orgânica na Zona Rural de Lagoa Seca-PB** [manuscrito]. – 2012.
- SANTOS, Maria Do Carmo Cardoso Almeida Dos. **Avaliação Dos Impactos Socio econômico e Ambientais da agricultura familiar na micro bacia hidrográfica do sítio Oiti, Lagoa Seca-PB**. – 2009.
- SANTOS, Elisangela Jerônimo dos. **Tarimba: aspectos históricos e culturais de lagoa seca (1929 – 1969)** – Bauru, SP: canal, 2007.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.